



Recordando o passado para construir o futuro

Por A. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC

No passado dia 15 de Outubro, data da publicação do Decreto-Lei n.º 265/95, que criou a então Associação dos Técnicos Oficiais de Contas, completou a nossa Câmara 13 anos.

Não pode dizer-se que 13 anos seja muito tempo, mas é já suficiente para fazer uma análise séria e aprofundada do caminho percorrido.

Dei comigo a recuar 13 anos, lembrando a euforia e a esperança com que todos vivemos a regulamentação da profissão.

Relembrei o convite do saudoso Professor Sousa Franco para presidir à Comissão Instaladora, a desilusão de algumas pessoas quanto à composição da mesma e a constituição da Comissão de Inscrição que tinha como missão coadjuvar a comissão instaladora.

Relembrei a tomada de posse no salão nobre do Ministério das Finanças e as palavras do ministro, que jamais esquecerei: «Não nos julguem pelo que formos capazes de dizer, mas sim pelo que formos capazes de fazer.» Esta frase encerrava, e encerra, o meu estado de espírito à frente dos destinos desta nobre profissão.

Ainda hoje reafirmo os princípios e valores ali expressos. Não quero ser julgado por aquilo que disser, mas sim por aquilo que fizer em prol dos Técnicos Oficiais de Contas.

Relembrei a força que a todos animava de alicerçar a Instituição, o trabalho desenvolvido, a rotatividade da presidência e a dificuldade, ao tempo, em compreender a missão da Câmara.

Recordei a sala que nos foi concedida pela primeira vez pela DGCI para instalar a ATOC, um espaço com cerca de 25 metros quadrados com uma mesa e cinco cadeiras.

Este foi o nosso berço, o espaço onde demos os primeiros passos, o local onde os sonhos se

converteram em realidade e a alma se engrandeceu para dar início à obra que é a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Relembrei também as movimentações eleitorais entre a CTC, actual IATOC, APOTEC e APPC, numa tentativa de fundir o que jamais o poderia ser.

Relembrei almoços e jantares na tentativa de se encontrar um caminho comum, tendo ficado na memória um deles realizado entre mim, Armando Marques e os responsáveis pela APOTEC, Gonçalves Pinto, Manuel Patuleia e Teresa Neto.

Relembrei muitas coisas, a dificuldade que algumas pessoas tiveram, e ainda hoje têm, em compreender que, com a criação da pessoa colectiva, se abriu um novo ciclo na profissão e que as associações privadas teriam que reequacionar a sua existência e objecto.

Relembrei os bons e maus momentos, mas pensando uns e outros, sinto que fizemos um longo percurso e continuamos a construir uma grande profissão, que não é de ninguém, mas de todos nós.

Confesso que, por vezes, senti desânimo, duvidei se valeria a pena. Por vezes dei comigo a recriminar-me e a censurar-me por abandonar a minha família e o meu escritório. Dei comigo a questionar-me o que é que procurava. Tinha uma vida patrimonial relativamente desafogada. Tinha a projecção social que 13 anos como deputado na Assembleia da República propiciam, tinha uma boa aceitação social. Que me poderia dar de novo um projecto como a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas?

Muito pouco para o muito que de mim ia exigir. Mas esta, como muitas outras coisas da vida, não vale só por aquelas questões. Há outras razões, por vezes bem mais fortes, que determinam as nossas decisões.

Nestes 13 anos muitos foram os desafios e dificuldades a vencer. Muitas foram as incompreensões e as lutas que travámos para conceber a profissão à medida das necessidades e problemas de cerca de 75 mil profissionais

Esta é a minha profissão. Esta é a profissão que eu gosto e que me realiza como pessoa. Foi a constatação da necessidade de mudar o rumo da nossa profissão, do muito que por ela todos poderíamos fazer, que me levou a aceitar este enorme desafio.

Nestes 13 anos muitas foram as dificuldades a vencer. Muitas foram as incompreensões e as lutas que travámos para conceber a profissão à medida das necessidades e problemas de cerca de 75 mil profissionais. Fiz muitos amigos mas também, tenho consciência, muitos inimigos. Tenho consciência que nem sempre é fácil trabalhar comigo, dado o ritmo que imprimo às coisas. Com a preocupação de fazer bem, concentro, por vezes, demasiado a decisão na minha pessoa, com todos os custos que isso comporta. Mas também estou convencido que, se não tivesse sido assim, se não tivesse havido um timoneiro com uma mão forte, ainda hoje estaríamos, possivelmente, como muitos outros profissionais, a discutir questões que nós desde há muito resolvemos.

Olho para trás e não me arrependo do que fizemos. Pelo contrário: sinto orgulho de termos chegado até aqui. Sinto orgulho no esforço que a CTOC tem vindo a fazer através do CD-ROM, seguro de responsabilidade civil, fundo de pensões, fundo social, seguro de saúde, reuniões livres, da exigência do ensino superior para acesso à profissão, da exigência do estágio e do exame, das inúmeras realizações levadas a cabo pela Câmara com o objectivo de propiciar aos profissionais melhor saber, maior capacidade de interpretação das questões que se prendem com a profissão.

As nossas pretensões nem sempre foram atendidas. Foi o caso dos honorários mínimos e do atendimento preferencial dos profissionais nos serviços de finanças. Não se

pode vencer tudo mas, mesmo arriscando ser juiz em causa própria, obtivemos vitórias nas questões que mais marcaram o rumo da profissão.

Sei que algumas pessoas, em minha opinião insuficientemente preparadas para a nova realidade emergente do reconhecimento do interesse público à profissão ou por outras razões facilmente compreensíveis, não concordam comigo nem com a leitura que faço da evolução profissional.

É um direito que lhes assiste, mas que em nada afecta a minha determinação quanto ao rumo que acredito estar certo. A credibilidade da profissão não se reclama nem se decreta. Conquista-se com trabalho e honorabilidade, expressos nos comportamentos diários dos profissionais.

Acredito sinceramente nesses valores e princípios. Penso que esse é também o pensamento da grande maioria dos TOC. Só esse caminho nos poderá conduzir a um futuro sólido onde os profissionais sejam respeitados e credibilizados. ■

